

Modelo de Política de Privacidade do site Portugal Participa

A política de privacidade a seguir indicada descreve as nossas práticas relativas aos tipos de informação pessoal recolhida através da utilização da aplicação “Serviço” Portugal Participa, no sítio <http://portugalparticipa.pt/>.

Este Serviço e o Sítio são desenvolvidos e geridos no âmbito da Rede de Autarquias Participativas (RAP), com a supervisão e gestão da Associação In Loco, com sede em Avenida da Liberdade nº 101, São Brás de Alportel.

Esta política de privacidade explica como o site Portugal Participa utiliza a informação pessoal recolhida através deste Serviço, de que forma é usada, com quem é partilhada, como é gerida, arquivada e protegida.

a) Funções das organizações envolvidas

A gestão de dados para este Sítio é partilhada pelas seguintes organizações:

- Controlador de Dados e responsável pela aplicação da Política de Privacidade: Associação In Loco;
- Processador de Dados, encarregado de gerir os dados para os fins especificados na Política de Privacidade: Associação In Loco;
- Responsável pelo Arquivamento e Preservação de Dados: Skydraft (Portugal).

b) Finalidades da Recolha de Dados

Os dados pessoais são recolhidos e geridos sob esta política com os seguintes propósitos:

- Garantir a autenticação única dos utilizadores, necessária para beneficiar das Inovações Democráticas geridas por este Serviço;
- Investigar, monitorar e permitir a monitorização independente da entrega e dos resultados das Inovações Democráticas geridas através desta plataforma;
- Estudar e pesquisar a forma como os utilizadores e os visitantes usam o Serviço;
- Comunicar com aos utilizadores as eventuais atualizações do Serviço e das suas políticas;
- Fornecer informações periódicas sobre o conteúdo do Site, de acordo com as preferências de notificação configuradas por cada utilizador;
- Cumprir as leis da União Europeia e de Portugal.

Em caso algum, o Controlador de Dados pode:

- vender ou alugar quaisquer dados pessoais recolhidos neste Sítio, seja por que motivo for.
- utilizar quaisquer dados pessoais recolhidos neste Sítio para comercialização ou quaisquer fins comerciais.

c) Dados recolhidos

Dados pessoais:

Para registar novos utilizadores, os dados pessoais recolhidos neste Sítio são os seguintes.

- Nome
- Endereço de e-mail
- Idade
- Endereço
- Género
- Habilitações Literárias
- Número de Identificação Fiscal
- Número de telefone

Estudos:

O Portugal Participa poderá propor, aos utilizadores deste Serviço, a resposta a questionários e a elaboração de estudos relativamente a:

- experiência dos utilizadores com o Serviço
- outros temas relacionados com as Inovações Democráticas geridas através do Serviço

A realização destes estudos e a resposta a estes questionários são voluntárias, tendo os utilizadores a liberdade de as fazerem ou lhes responderem.

Os dados recolhidos através de inquéritos e questionários serão geridos como dados pessoais adicionais, adotando as mesmas medidas de segurança e privacidade descritas nesta política.

Informação pessoal não identificável

O Serviço recolhe igualmente informações, que não são de identificação pessoal, semelhante, à que os motores de busca e servidores da Internet habitualmente disponibilizam, tais como, o tipo de motor de busca, a preferência de idioma, o sítio de referência ou data e hora de cada solicitação do visitante.

Informação pessoal potencialmente identificável

O Serviço recolhe informações potencialmente identificáveis, tais como os endereços IP (Internet Protocol). No entanto, o Portugal Participa não utiliza essas informações para identificar os seus visitantes e não divulga essas informações, adotando as mesmas medidas de segurança e privacidade descritas nesta política para os dados pessoais.

Conteúdos criados pelo utilizador e informações pessoais identificáveis

O Serviço pode acolher discussões, comentários, propostas e outros conteúdos criados pelos utilizadores durante o uso da plataforma.

Estes Conteúdos Criados pelo Utilizador podem identificar o utilizador pessoalmente para terceiros e, em alguns casos, para o público em geral. Os utilizadores não devem disponibilizar informação de identificação pessoal através do conteúdo publicado neste Site.

Cada utilizador pode proceder à configuração de privacidade relativa ao conteúdo publicado e sua visibilidade na Internet, assim como e usar um pseudónimo e um endereço de e-mail anónimo.

Para obter informações adicionais sobre o conteúdo criado pelo utilizador, consultar os Termos de Serviço ([link](#)).

d) Segurança e Integridade de Dados

O Portugal Participa toma todas as medidas necessárias para proteger os dados pessoais e os conteúdos dos utilizadores contra perda e uso indevido, bem assim como acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição.

Segurança física de dados

A central de dados, na qual estes são arquivados e preservados, tem políticas de segurança restritas relativamente ao seu acesso físico. O acesso a esta central está circunscrito ao CTO e ao CISO, sendo gerido através de dois níveis de segurança: chave física e alarme. Todo o acesso é registado no sistema de alarme e documentado nos procedimentos internos da Skydraft.

A infraestrutura de arquivo de dados é suportada por servidores redundantes e sistemas de armazenamento profissionais com mecanismos ativos e reforçados de protecção ao nível físico e fornecimento de energia (sistemas UPS). O armazenamento utiliza dispositivos SAN de canal

de fibra RAID e vários servidores. O sistema de *backup* inclui procedimentos automatizados para garantir a proteção de dados, a dois níveis: *backups* internos da central de dados e *backups* externos da mesma. Os *backups* internos incluem cópias diárias automatizadas e mantêm um histórico de dois anos. Os *backups* externos são executados semanalmente e mantêm um histórico de até dois anos. Todos os níveis de *backup* utilizam tecnologias de criptografia e o seu acesso é controlado no SIEM da Skydraft. De facto, os alertas de nível 1 (isto é, aqueles assinalados como de alto nível) no SIEM são enviados para o CISO para análise das possíveis ameaças à segurança.

Segurança de dados informáticos

A plataforma implementa mecanismos de segurança para proteger os dados e gerir o acesso a eles. Como a plataforma tem vários componentes independentes, estes estão distribuídos por diferentes servidores. Todos os dados, especialmente os pessoais, são protegidos através de componentes específicos, que apenas permitem o acesso a esses dados e a outros componentes com códigos JWT válidos (gerados através de mecanismos de autenticação válidos). Todos os códigos têm políticas rígidas quanto à sua validade (ou seja, 10 minutos), exigindo novos *logins* para se obterem códigos válidos.

Conforme mencionado, todas as transações que requerem acesso a dados, requerem códigos válidos. Como tal, nenhum acesso a dados pode ser feito sem um login válido e permissões de acesso, que são definidas de acordo com o papel do utilizador (por exemplo, o gestor de uma entidade, ou simplesmente como um utilizador participante num processo de votação).

Todos os acessos são analisados no SIEM da Skydraft, onde os eventos de nível 1 (assinalados como de alto nível) são enviados para o CISO, enquanto o nível 2 (ou seja, marcado com gravidade média) e o nível 3 (ou seja, marcado com baixa gravidade) são geridos pelo administrador da rede e pelos operadores de sistemas da Skydraft.

e) Preservação de dados pessoais

Os dados pessoais processados para qualquer finalidade não serão mantidos por mais tempo do que o necessário para esse fim e, em qualquer caso, não mais de um ano após o último acesso do utilizador ao Serviço.

f) Procedimentos de acesso aos dados pessoais

Cada utilizador tem o direito de aceder a todos os seus dados pessoais e informações recolhidas através deste Serviço e saber como essas informações são processadas. Se pretender saber quais as informações e dados pessoais recolhidos, deve dirigir-se, por escrito, ao Provedor (portugalparticipa@in-locos.pt) responsável por este Serviço, de acordo com o procedimento identificado nos Termos de Serviço (link).

g) Procedimentos de saída

Cada utilizador tem o direito de se retirar do Serviço e obter a remoção de todos os seus dados pessoais e informações recolhidas através deste Serviço. Se pretender fazê-lo, deve dirigir-se, por escrito, ao Provedor (portugalparticipa@in-loco.pt) responsável por este Serviço, de acordo com o procedimento identificado nos Termos de Serviço ([link](#)).

i) Acesso de terceiros a dados pessoais

Para fornecer algumas funcionalidades do Portugal Participa e um alto nível de serviço, este pode partilhar dados de utilizadores com terceiros. Ver mais detalhes sobre os Serviços de Terceiros nos Termos de Serviço [aqui](#) ([link](#)).

j) Entidade responsável pela aprovação / revisão da política

Esta política foi desenvolvida pela Associação In Loco enquanto entidade coordenadora do site e da RAP.

A entidade coordenadora poderá alterar esta política no futuro, no âmbito dos princípios éticos referidos nos nossos Termos de Serviço. Qualquer política alterada entrará em vigor após a publicação neste Sítio, e a entidade coordenadora fará todos os esforços possíveis para comunicar essas alterações, seja por e-mail ou através do sítio.

k) Data de funcionamento da Versão e da Política

A versão actual da política de privacidade é o 1.0.

É válida desde 01/01/2017 até que uma nova versão da política seja disponibilizada.

l) Enquadramento legal da política

O quadro regulamentar para a protecção e gestão de dados obedece às seguintes normas e regulamentos da União Europeia e das leis de Portugal, onde o Serviço está efectivamente estabelecido:

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL:

- Regulação da Comissão Europeia (EU) Nº 611/2013 de 24 de Junho de 2013 Sobre as medidas aplicáveis à notificação de violação de dados pessoais nos termos da Directiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de Privacidade e Comunicações Eletrónicas.

ENQUADRAMENTO NACIONAL:

- Artigo 35º da Constituição da República Portuguesa – utilização da informática
- Lei 67/ 98 – Lei da proteção de Dados Pessoais
- Lei 41/2004 - Regula a proteção de dados pessoais no sector das Comunicações Eletrónicas (alterada e republicada)
- Lei 32/2008 - transpõe a Diretiva da Retenção de Dados, relativa à conservação de dados das comunicações eletrónicas ”

Regulador Nacional: Comissão Nacional de Proteção de Dados - CNPD (<https://www.cnpd.pt/>)

- [Lei nº 43/2004 de 18 de Agosto](#) - regula a organização e o funcionamento da CNPD, bem como o estatuto pessoal dos seus membros.

m) Contacto

Agradecemos ter dispensado o seu tempo para se informar sobre a política de privacidade do Portugal Participa. O Portugal Participa acredita firmemente que é cada vez mais importante para o nosso utilizador saber exatamente como os seus dados pessoais são tratados. Se tiver alguma dúvida ou perguntas não respondidas por esta política, pode entrar em contacto com o controlador de dados responsável por este serviço, no seguinte endereço:

ENDEREÇO

Associação In Loco

Avenida da Liberdade nº 101

8150-101 São Brás de Alportel